

estudos e pesquisas

Nº 51 – Maio de 2010

Estudo Setorial da Construção Civil

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Estudo Setorial da Construção Civil

Introdução

A crise internacional trouxe consigo impactos não desprezíveis sobre a economia brasileira, a exemplo de uma acentuada desaceleração da atividade econômica. Entretanto, ao longo do ano passado, um conjunto de medidas governamentais para estimular a economia auxiliou a sustentação e até mesmo permitiu a ampliação do nível ocupacional em diversos setores da atividade econômica, em especial na Construção. O aumento da oferta de crédito por intermédio dos bancos públicos, as isenções fiscais sobre materiais de construção e os investimentos públicos em infraestrutura e em habitação popular são exemplos de medidas que beneficiaram o segmento da Construção em 2009.

O objetivo deste estudo é analisar o desempenho do setor da Construção ao longo do último ano e também traçar possíveis cenários para o ano de 2010, com vistas à negociação coletiva das categorias envolvidas neste setor. Analisar o comportamento da ocupação, do emprego, dos rendimentos e do desempenho geral do setor da Construção pode ser útil para a elaboração das estratégias de negociação e preparação das campanhas salariais em 2010.

A conjuntura nacional

A economia brasileira iniciou o ano de 2009 com produção em baixa e desemprego em alta. O nível de utilização de capacidade instalada da indústria atingiu em fevereiro, no pior momento da crise, 77,6% e o setor agropecuário, nos primeiros seis meses do ano, repetia a cada mês um resultado pior do que o verificado no mês anterior.

Os investimentos privados paralisaram com a crise, o que se prolongaria até outubro, mais ou menos. Já o consumo das famílias durante toda a crise continuou se expandindo, ainda que a taxas menores do que as de 2008. Essa expansão foi, em parte, impulsionada pela normalização da oferta de crédito a partir de abril, mas também pelo crescimento da massa salarial que, reagiu tão logo passou o pior da crise e pelo ajuste do salário mínimo.

O comércio, que foi atingido no auge da crise, começou a se recuperar mais fortemente a partir de maio e, em julho, a receita nominal de vendas já acumulava alta em 12 meses de 11,4%, segundo os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC-IBGE).

Quando se observa os dados do comércio varejista ampliado, que inclui as atividades de *vendas de veículos e motos, parte e peças e material de construção*, o resultado é ainda melhor. Comparado ao mesmo mês de 2009, as vendas cresceram 13,6% e a receita nominal 15,7%. E só no ano de 2010 as vendas no comércio varejista ampliado já cresceram 11,9% e a receita nominal 13,6%.

A queda do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado, de 0,20%, interrompeu o segundo maior ciclo de crescimento econômico brasileiro em mais de um século. Desde 1992, quando o PIB caiu 0,5%, foram 16 anos de altas ininterruptas. A queda de 2009, diferentemente da verificada em 1992, que decorreu da crise política que o país atravessava com o impeachment do presidente Collor, é efeito de uma crise internacional, por sinal a mais grave dos últimos 80 anos.

Assim, o desempenho da economia brasileira deve ser analisado no contexto da recessão mundial do ano passado. Com exceção de alguns países em que a crise passou longe, destaque para China e Índia, a colocação do Brasil no ranking internacional foi razoável.

Apesar de um contexto global em que as dificuldades econômicas se resolvem muito lentamente e de forma não linear, o Brasil deve registrar uma das maiores taxas de crescimento do mundo neste ano. No primeiro trimestre, a retomada foi robusta. Além disso, a expansão do investimento no quarto trimestre do ano passado foi de 6,6%, bem acima da elevação do consumo. A retomada da indústria, setor mais afetado pela crise em 2009, tem sido bastante vigorosa, com crescimento de 4% no último trimestre em relação ao terceiro trimestre.

Ainda em relação ao desempenho da economia, o setor da construção também merece destaque, embora, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o mesmo tenha apresentado um decréscimo de 6,3%. Entidades representativas deste setor discordam dos dados do PIB divulgados pelo IBGE.

As mesmas alegam que o IBGE não considera o valor agregado pelas construtoras no cálculo do PIB da construção civil, só levando em conta as compras de materiais feitas. Estas entidades ressaltam que, em 2009, as compras caíram porque, por conta da crise, muitas construtoras utilizaram estoques que já tinham. Para a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por exemplo, o desempenho em 2009 foi positivo em no mínimo 2%. Para 2010, a expectativa é de crescimento de 9%, acima, portanto, dos 8,2% registrados em 2008.

O emprego formal também vem refletindo o vigor da retomada da economia. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o saldo de março de 2010 registrou um novo recorde para o mês, com a geração de 266.415 empregos com carteira assinada.

No primeiro trimestre foram criados 657.259 postos de trabalho, o maior aumento da série histórica do Caged para os meses de janeiro, fevereiro e março. Nos últimos 12 meses foram criados 1.720.120 postos de trabalho, número que projeta um recorde de geração de empregos formais para este ano.

A taxa de desemprego total segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) cresceu no primeiro trimestre do ano, atingindo 13,7% da População Economicamente Ativa (PEA) em março, contra 12,6% em janeiro, em comportamento esperado para o período. Na comparação com março do ano passado, a taxa teve queda expressiva, pois naquele mês ficava em 15,1%.

O rendimento médio real dos ocupados apresentou também tendência positiva ainda que com resultado modesto nos últimos 12 meses, tendo crescido 0,4%. Nos últimos 12 meses, findos em fevereiro, verificou-se que a massa de rendimentos dos ocupados teve expansão de 3,5%, resultante principalmente do crescimento do nível de ocupação, mas com a colaboração do crescimento do rendimento médio real.

Desempenho do setor da construção em 2009

Apesar dos efeitos da crise financeira internacional, o setor da construção se destacou pela geração de postos de trabalho no mercado formal, em ritmo intenso, mercado formal durante todo o ano de 2009 e início de 2010 e em ritmo intenso.

Parte da explicação para este fato pode ser encontrada na adoção e ampliação de um conjunto de medidas adotadas pelo governo para combater os efeitos da crise sobre a economia e nas obras necessárias devido a eventos internacionais que acontecerão no país, a saber:

- redução da taxa básica de juros;
- ampliação de linhas de financiamento habitacional, como o programa Minha Casa, Minha Vida;
- manutenção e ampliação do programa de recuperação da infraestrutura, conhecido como PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e;
- os investimentos para realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014, que acontecerá em 12 cidades (capitais) de diferentes regiões brasileiras, e as Olimpíadas de 2016 que acontecerão no Rio de Janeiro.

A adoção de medidas de combate à crise econômica mundial pelo governo, como a redução da taxa de juros e a ampliação de crédito subsidiado, foi responsável pela manutenção e retomada do financiamento imobiliário. Essas ações contribuíram para reaquecer a construção em 2009.

O valor para financiamento imobiliário contratado em 2009 superou o de igual período de 2008, seja considerando os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS – Habitação seja da Poupança pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE. Em 2010, o desempenho nos primeiros meses do ano se mostra ainda melhor, superando os anos anteriores.

Os valores contratados nos financiamento que utilizaram o FGTS - Habitação aumentaram cerca de 52% (de R\$ 10,5 bilhões para R\$ 16 bilhões) em relação ao ano anterior. Quanto à quantidade de unidades correspondentes a este volume, o crescimento foi de 43,41% (de 285.039 para 408.787 unidades) considerando a mesma comparação (Tabela 1).

Pelo SBPE, o volume de recursos cresceu 13,27% (de R\$ 30 bilhões para R\$ 34 bilhões) de 2009 na comparação com 2008. Porém, no número de unidades o crescimento foi de apenas 1% no mesmo período.

O desempenho superior do financiamento imobiliário em 2009 reflete os efeitos das medidas para facilitar o crédito habitacional, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, que busca priorizar as famílias de baixa renda e utiliza boa parte dos recursos do FGTS-Habitação.

Na primeira semana de janeiro de 2010, o governo federal divulgou nota, na qual afirmou que os recursos destinados ao financiamento imobiliário para 2010 chegarão ao montante de R\$ 78,3 bilhões, R\$ 45 bilhões da caderneta de poupança – SBPE, R\$ 24 bilhões do FGTS e R\$ 9,3 bilhões do Orçamento Geral da União.

TABELA 1
Financiamento Imobiliário com recursos do FGTS e da Poupança SBPE
Brasil – 2008 e 2009

Financiamento Imobiliário com Recursos do FGTS - Habitação

Descrição	2008	2009	(B) / (A) - %
Quantidade de Operações	198.267	241.313	21,71
Valores Contratados - R\$	10.556.809.936	16.045.562.306	51,99
Número de Unidades	285.039	408.767	43,41

Fonte: Caixa Econômica Federal CEF, Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - ABECIP
Elaboração: Banco de Dados CBIC - Posição da base 05 04 2010/ Dieese

Financiamento Imobiliário com Recursos da Poupança - SBPE

Descrição	2008	2009	(B) / (A) - %
Valores Contratados - R\$	30.032.338.134	34.017.041.162	13,27
Número de Unidades	299.685	302.680	1,00

Fonte: Caixa Econômica Federal CEF, Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - ABECIP
Elaboração: Banco de Dados CBIC - Posição da base 05 04 2010/ Dieese
Obs.: SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

Para se ter um parâmetro em relação à recuperação do setor, a Tabela 2 apresenta os resultados do desempenho do setor no primeiro trimestre dos anos de 2008, 2009 e 2010 (Tabela 2).

Os valores contratados no financiamento que utilizaram o FGTS - Habitação aumentaram 116,44% (de R\$ 1,9 bilhões para R\$ 4,1 bilhões) no primeiro trimestre de 2010 em relação ao mesmo período de 2008. Quanto à quantidade de unidades correspondentes a este volume, o crescimento foi de 120,25% (de 53.942 para 118.807 unidades) considerando o mesmo período de comparação.

Pelo SBPE, o volume de recursos cresceu 63,84% (de R\$ 3,58 bilhões para R\$ 5,86 bilhões) no primeiro trimestre de 2010 na comparação com o primeiro trimestre de 2008. No número de unidades o crescimento foi de 32,41% no mesmo período.

TABELA 2
Financiamento Imobiliário com recursos do FGTS e da Poupança SBPE
Brasil – 2008, 2009 e 2010 (1º trimestre)

Financiamento Imobiliário com Recursos do FGTS - Habitação

Descrição	2008 (jan a março)	2009 (jan a março)	2010 (jan a março)	2010 / 2008 - %
Quantidade de Operações	34.008	48.108	56.747	66,86
Valores Contratados - R\$	1.899.343.394	2.807.014.822	4.110.849.824	116,44
Número de Unidades	53.942	84.849	118.807	120,25

Fonte: Caixa Econômica Federal CEF, Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - ABECIP

Elaboração: Banco de Dados CBIC - Posição da base 05 04 2010/ Dieese

Financiamento Imobiliário com Recursos da Poupança - SBPE

Descrição	2008 (jan a fev)	2009 (jan a fev)	2010 (jan a fev)	2010 / 2008 - %
Valores Contratados - R\$	3.579.097.527	3.616.981.488	5.864.139.149	63,84
Número de Unidades	35.968	34.183	47.627	32,41

Fonte: Caixa Econômica Federal CEF, Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - ABECIP

Elaboração: Banco de Dados CBIC - Posição da base 05 04 2010/ Dieese

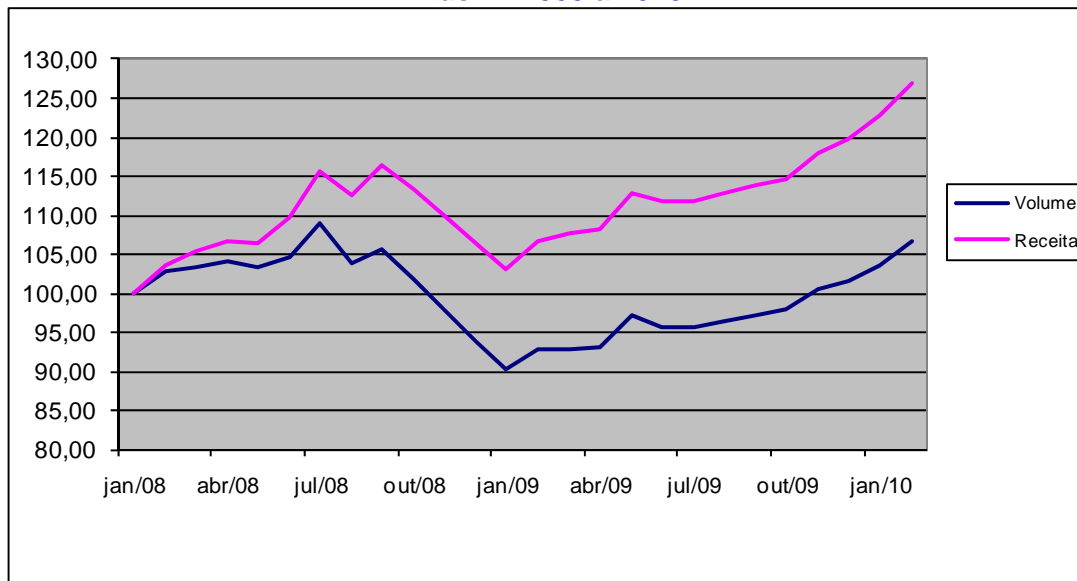
Obs.: SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

Apesar da recuperação no segmento imobiliário, a venda de materiais para construção tem apresentado dificuldades para retornar ao patamar anterior à crise. A redução do IPI direcionado a estes produtos cumpriu o papel de amenizar a queda e proporcionar condições para o processo de recuperação, com indícios de crescimento a partir de outubro último, que registrou variação positiva de 0,82% em relação a setembro, segundo divulgação da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE.

Pode-se dividir a análise do mercado de materiais de construção em três momentos, compreendidos entre janeiro de 2008 e outubro de 2009, quanto ao índice do volume de vendas e de receita nominal, segundo os dados da PMC do IBGE, assumindo janeiro de 2008 como índice de base 100.

No primeiro momento, o índice de volume de vendas apresentou trajetória de crescimento que durou até julho de 2008, no segundo momento, que segue caminho inverso, houve queda acentuada até janeiro de 2009, consequência dos efeitos da crise mundial. No tocante à última fase, caracterizou-se pelo processo de recuperação em 2009, depois da redução do IPI para estes materiais, mais consistente no início e estável no restante do ano (Gráfico 1).

GRÁFICO 1
Índice de Volume de Vendas e de Receita Nominal com Materiais de
Construção (Base: janeiro/2008=100)
Brasil – 2008 a 2010*



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio
Elaboração: DIEESE. Dados: *Até fevereiro de 2010

Quanto ao índice de volume de receita nominal dos materiais de construção, a trajetória acompanhou a das vendas. Cabe destacar, porém, que a recuperação da receita está mais próxima do melhor resultado para o período anterior à crise do que o volume de vendas.

Quando são observados os dados do comércio varejista ampliado, o grupo de atividade Material de Construção apresentou um crescimento de 15,1% no volume de vendas e de 19,4% na receita nominal, na comparação com fevereiro de 2009. Nos últimos 12 meses, apesar de as vendas terem apresentado um resultado negativo de 3,2%, a receita nominal foi positiva em 4,7%. Em 2010, as vendas já cresceram 12,2% e a receita nominal 16,4%, sinalizando a recuperação do setor que, em 2009, apresentou resultados negativos nos 10 primeiros meses. Este crescimento demonstra o aumento da confiança dos agentes econômicos na recuperação da economia e reflete os incentivos fiscais implementados pelo governo, como a redução do IPI para uma lista de materiais de construção.

Em relação ao cimento, um dos principais insumos da construção e talvez o principal “termômetro” do setor, o resultado foi melhor. Em 2009, o consumo nacional de cimento correspondeu a 51.669.850 toneladas. Esse resultado representou uma queda de 0,38% em relação àquele verificado em 2008, confirmando o impacto da crise sob o setor (Tabela 3).

Apesar da queda no consumo, dados preliminares sobre a venda de cimento, divulgados pelo Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (Snic) mostram crescimento de 15,7% na venda de cimento nos três primeiros meses de 2010 (13.550.000 toneladas) quando comparado ao mesmo período de 2009 (11.714.000 toneladas).

TABELA 3
Consumo nacional de cimento por região – em toneladas
Brasil – 2008 e 2009

Região	2008(*)		2009 (**)		Variação (%)
	Toneladas	%	Toneladas	%	
Norte	2.091.429	4,0	3.316.177	6,4	58,56
Nordeste	10.077.846	19,4	10.058.984	19,5	-0,19
Centro-Oeste	5.464.882	10,5	5.016.988	9,7	-8,20
Sudeste	26.298.091	50,7	24.560.878	47,5	-6,61
Sul	7.932.588	15,3	8.716.823	16,9	9,89
Total	51.864.836	100,0	51.669.850	100,0	-0,38

Fonte: SNIC - Sindicato Nacional da Indústria do Cimento

(*) dados obtidos no site www.snic.com.br Press Kit 2009

(**) dados preliminares sujeitos à revisão. Site www.snic.com.br em 26 de abril de 2010

Elaboração: DIEESE

Emprego na Construção Civil

O setor da construção possuía, em 2008, 6,905 milhões ocupados, ou seja 7,5% de toda a população ocupada de 92,395 milhões, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no mês de setembro daquele ano.

Ainda segundo essa pesquisa, a maioria dos ocupados do setor, 2.709.138, é representada pelos empregados por conta própria (39,2%) e pelos sem carteira de trabalho assinada (24,6%). Tal situação mostra que o setor possui um elevado grau de informalidade. Essa realidade é evidenciada quando se observa que, do total de ocupados, apenas 28,5% correspondiam a empregados com carteira de trabalho assinada (Tabela 4).

TABELA 4
Número de ocupados na Construção Civil por posição na ocupação
Brasil – 2008

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	OCUPADOS
Empregado com carteira	1.944.908
Empregado sem carteira	1.701.648
Conta própria	2.709.138
Empregador	359.537
Trabalhador na construção para o próprio uso	105.862
Não-remunerado	63.892
Outros (*)	19.755
Total	6.904.740
Fonte: PNAD/2008 - IBGE	
Elaboração: DIEESE	
Nota: (*) posição na ocupação cujo o tamanho da amostra é insuficiente. Dados referente a semana de referência em setembro.	

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2008, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (Tabela 5) confirmam as estimativas da Pnad/IBGE, demonstrando que apenas 1.914.596 ocupados na Construção Civil eram trabalhadores formais¹ no final de 2008, descontadas as perdas de postos de trabalho que ocorreram de

1 Cabe diferenciar os dados da Pnad/IBGE, da Rais/MTE e do Caged/MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados para entendimento das informações que cada um pode fornecer. A **Pnad** é uma pesquisa

setembro a dezembro deste ano, em consequência dos efeitos da crise. Sendo assim, cabe destacar que a análise dos dados do mercado formal de trabalho permite captar as tendências para todo o setor.

Os estados com maior número de empregos formais no setor foram São Paulo (514.364), Minas Gerais (259.470) e Rio de Janeiro (182.636) que juntos corresponderam a quase 50% do total, no final de 2008. Em contrapartida, os que apresentaram o menor número foram Amapá (3.257), Roraima (4.264) e Acre (6.632).

TABELA 5
Estoque de empregos formais e remuneração média no setor da
Construção Civil por Unidade da Federação
Brasil – 2008 (31/12)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	EMPREGOS			REMUNERAÇÃO MÉDIA ¹ R\$ (Preço de Fev/ 2010)		
	2007	2008	VARIAÇÃO %	2007	2008	VARIAÇÃO %
RO	6.311	10.157	60,9	768,1	1.046,0	36,2
AC	5.327	6.632	24,5	816,0	799,1	-2,1
AM	21.667	25.373	17,1	1.436,5	1.459,8	1,6
RR	3.937	4.264	8,3	716,0	720,3	0,6
PA	44.629	50.956	14,2	1.115,9	1.193,1	6,9
AP	4.084	3.257	-20,2	979,3	898,9	-8,2
TO	12.816	13.348	4,2	1.131,5	1.166,6	3,1
MA	28.906	40.482	40,0	1.050,2	1.189,7	13,3
PI	12.597	19.575	55,4	784,3	811,8	3,5
CE	38.020	45.715	20,2	793,1	811,0	2,3
RN	25.707	28.578	11,2	833,1	942,6	13,1
PB	18.621	29.925	60,7	702,4	818,0	16,5
PE	54.190	69.720	28,7	937,7	1.186,8	26,6
AL	11.150	13.634	22,3	857,9	886,0	3,3
SE	21.915	20.997	-4,2	892,2	986,7	10,6
BA	87.015	95.826	10,1	1.132,2	1.247,5	10,2
MG	228.743	259.470	13,4	1.069,8	1.138,3	6,4
ES	47.668	54.331	14,0	998,5	1.126,2	12,8
RJ	158.096	182.636	15,5	1.485,4	1.679,3	13,1
SP	434.963	514.364	18,3	1.419,6	1.504,5	6,0
PR	76.802	97.194	26,6	1.058,6	1.154,5	9,1
SC	63.005	75.901	20,5	1.070,2	1.133,6	5,9
RS	80.976	94.721	17,0	1.127,0	1.112,4	-1,3
MS	21.018	24.546	16,8	951,9	1.027,1	7,9
MT	24.844	27.898	12,3	1.059,2	1.117,9	5,5
GO	44.994	57.991	28,9	1.070,1	1.178,5	10,1
DF	39.988	47.105	17,8	1.413,0	1.473,2	4,3
BRASIL	1.617.989	1.914.596	18,3	1.189,9	1.282,3	7,8

Fonte: RAIS- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Elaboração: NPI/ DIEESE

Nota: ¹: Já descontada a inflação do período. Não consta os ignorados no cálculo da remuneração média R\$.

amostral por domicílio, com aplicação de questionário por domicílios em todos os estados brasileiros, a partir do qual se estima várias características gerais da população, da educação, do trabalho, da remuneração, dentre outras, com fechamento em setembro. A **Rais** faz levantamento anual de todos os empregados do ano-base em 31/12 e movimentação dos admitidos e desligados mês a mês, sendo incluído qualquer tipo de empregado: estatutários, celetistas, temporários, avulsos, e todas as empresas abrangidas pelo Sistema de Consolidação das Leis do Trabalho são obrigadas a informarem ao Ministério do Trabalho e Emprego, a movimentação de seus empregados. E o **Caged** que faz levantamento mensal entre admitidos e desligados (empregados no primeiro dia do mês + admitidos - desligados = empregados no último dia do mês) e envolve apenas empregados celetistas.

Em relação à remuneração média dos trabalhadores no setor por unidade da federação, os dados da Tabela 5 evidenciam que a construção no Brasil paga, em média, R\$ 1.282,30. As menores remunerações médias ocorrem em Roraima (R\$ 720,30) e no Acre (R\$ 799,10), enquanto Rio de Janeiro (R\$ 1.679,30) e São Paulo (R\$ 1.504,50) possuem as maiores.

Como pode ser observado na Tabela 5, em alguns estados, a remuneração média dos empregados no setor formal teve crescimento real significativo, como é o caso de Rondônia (36,2%), Pernambuco (26,6%), Paraíba (16,5%), Maranhão (13,3%), e Rio Grande do Norte com 13,1%.

Provavelmente, o crescimento nesses estados pode ser resultado de grandes obras, muitas delas implantadas através do PAC. Como consequência, pode ter havido uma pressão maior por mão de obra nestas localidades, o que acabou por elevar as remunerações. Também contribuiu para esse crescimento real, o aumento do salário mínimo que acaba tendo impacto positivo sobre os pisos salariais praticados em vários estados, tanto que várias negociações salariais têm garantido reajustes reais significativos nos pisos salariais e nas remunerações dos trabalhadores, seja pelo aquecimento do setor, e alta demanda por mão de obra, seja pelo ganho real do salário mínimo.

A evolução do emprego formal na construção, no Brasil, mostra que as medidas de estímulo ao setor resultaram na recuperação de postos de trabalho fechados em consequência da crise. O emprego no ramo foi um dos mais afetados, mas foi também o que liderou a recuperação.

Entre janeiro e dezembro de 2009, foram gerados 177.185 novos empregos no ramo da Construção, saldo inferior ao mesmo período de 2008 (Tabela 6). Com esse desempenho, o setor representou quase 18% da geração total de postos de trabalho no Brasil que chegou a 995,1 mil no ano.

TABELA 6
Saldo do emprego formal, por setor de atividade econômica
Brasil – 2007 - 2009

Setor de Atividade	2007	2008	2009
Indústria Total	412.098	195.311	17.885
Extrativa mineral	9.762	8.671	2.036
Indústria de transformação	394.584	178.675	10.865
Serv. Ind. Util. Publ.	7.752	7.965	4.984
Construção civil	176.755	197.868	177.185
Comércio	405.091	382.218	297.157
Serviços	587.103	648.259	500.177
Adm. pública	15.252	10.316	18.075
Agropecuária⁽¹⁾	21.093	18.232	-15.369
Total	1.617.392	1.452.204	995.110

Fonte: MTE. Caged

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui extrativa vegetal, caça e pesca

TABELA 7
Evolução do emprego celetista na Construção Civil
Brasil – 2008 a 2009

Mês	2008			2009			2010		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Janeiro	151.881	113.238	38.643	151.465	140.141	11.324	190.660	136.330	54.330
Fevereiro	145.455	117.881	27.574	138.627	135.785	2.842	189.214	154.479	34.735
Março	151.821	118.384	33.437	168.517	152.394	16.123	227.513	188.884	38.629
Abril	158.097	126.026	32.071	152.788	139.400	13.388			
Mai	158.829	130.159	28.670	162.176	144.769	17.407			
Junho	169.360	132.602	36.758	166.244	147.923	18.321			
Julho	180.852	145.774	35.078	180.477	148.302	32.175			
Agosto	177.557	141.675	35.882	184.570	144.613	39.957			
Setembro	180.580	147.811	32.769	182.719	150.052	32.667			
Outubro	168.202	166.053	2.149	178.624	152.468	26.156			
Novembro	142.747	165.478	-22.731	171.342	153.551	17.791			
Dezembro	81.156	163.588	-82.432	112.529	163.495	-50.966			
Total	1.866.537	1.668.669	197.868	1.950.078	1.772.893	177.185	607.387	479.693	127.694
Fonte: CAGED - Ministério do Trabalho e Emprego									
Elaboração: DIEESE									

Na comparação com 2008 (quando o setor gerou 197.868 novos postos de trabalho formais), o saldo do setor da construção foi menor que em 2009. Cabe ressaltar, contudo, que em 2008, a construção teve o maior crescimento dos últimos anos (11,94%), enquanto em 2009 o setor sofreu forte impacto da crise financeira mundial gerando, mesmo assim, mais empregos que em 2007.

O aumento de empregos formais gerados ao longo de 2009 serviu de indicador para o Sindicato das Indústrias da Construção Civil de São Paulo sinalizar que o emprego neste setor deverá crescer 8% em 2010. Com esse percentual, espera-se criar 180 mil vagas com carteira assinada em todo o país.

O crescimento da admissão em algumas funções, no entanto, não significa que há saldo positivo nas contratações em todas as ocupações da construção civil. As Tabelas 8 e 9 apresentam as 10 ocupações com os melhores e piores saldos de contratações e demissões entre janeiro de 2009 e fevereiro de 2010 no Brasil.

TABELA 8
As dez ocupações que mais geraram postos de trabalho formais entre janeiro de 2009 e fevereiro de 2010 no Setor da Construção Civil - Brasil

OCUPAÇÕES	SALDO
Servente de obras	153.204
Pedreiro	20.230
Auxiliar de escritório, em geral	7.602
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	4.960
Carpinteiro	4.679
Eletricista de instalações	4.348
Carpinteiro de obras	4.100
Auxiliar geral de conservação de vias permanentes (exceto trilhos)	3.536
Assistente administrativo	3.148
Pintor de obras	3.136

Fonte: CAGED Lei 4.923/65

OBS: Ocupações com base na classificação da CBO: Classificação Brasileira de Ocupações

Elaboração: NP/DIEESE

TABELA 9
As dez ocupações que mais reduziram postos de trabalho formais entre janeiro de 2009 e fevereiro de 2010 no Setor da Construção Civil - Brasil

OCUPAÇÕES	SALDO
Mestre (construção civil)	-2.312
Operador de betoneira	-1.190
Operador de marteleto	-860
Guincheiro (construção civil)	-423
Eletrotécnico na fabricação, montagem e instalação de máquinas e equipamentos	-363
Operador de estação de captação, tratamento e distribuição de água	-299
Montador de equipamentos elétricos	-285
Operador de bomba de concreto	-253
Operador de máquina perfuradora (minas e pedreiras)	-252
Operador de guindaste móvel	-242
Fonte: CAGED Lei 4.923/65	
OBS: Ocupações com base na classificação da CBO: Classificação Brasileira de Ocupações	
Elaboração: NPI/DIEESE	

A ocupação que registra o maior saldo entre as contratações e demissões no período é a de servente de obras, com 153.204 novos postos de trabalho formais, seguida de pedreiro, com 20.230. Entre as ocupações com melhores saldos é interessante observar que há funções relativas ao trabalho interno das empresas, como auxiliar de escritório e assistente administrativo.

Entre as ocupações com saldo negativo (mais demissões que contratações) destaca-se a de mestre de obras, com a eliminação de 2.312 ocupações e a de operador de betoneira, com 1.190 postos formais eliminados.

Reajustes e pisos salariais no setor da construção

Os resultados dos reajustes e pisos salariais dos trabalhadores em empresas da Construção e Mobiliário em 2009 foram medidos levando em consideração 68 negociações coletivas registradas no Sistema de Acompanhamento de Salários do DIEESE (SAS-DIEESE). A distribuição dos instrumentos normativos analisados, segundo o ramo de atividade econômica da categoria da construção e mobiliário, pode ser observada na Tabela 10.

TABELA 10

Distribuição das unidades de negociação da construção e mobiliário, por ramos de atividade econômica - Brasil, 2008-2009

Ramo	nº	%
Construção Civil	28	41,2
Oficiais Marceneiros / Móveis de Madeira	12	17,6
Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem	8	11,8
Construção e Mobiliário (geral) ⁽¹⁾	7	10,3
Cimento, Cal e Gesso	5	7,4
Cerâmica para Construção	4	5,9
Mármore e Granito	3	4,4
Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias	1	1,5
Total	68	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: (1) Envolve todos os trabalhadores da categoria, sem distinção de ramo.

Reajustes Salariais

Na análise dos reajustes salariais obtidos pela categoria dos trabalhadores em construção e mobiliário, observa-se que cerca de 94% das negociações consideradas obtiveram aumentos reais em 2009. Esse percentual é levemente inferior ao observado em 2008, quando 97% das 68 negociações obtiveram aumentos reais nos salários (Tabela 11).

TABELA 11

Distribuição dos reajustes salariais de negociações da construção e mobiliário, em comparação com o INPC-IBGE - Brasil, 2008-2009

Variação	2008		2009	
	nº	%	nº	%
Acima do INPC-IBGE	66	97,1	64	94,1
De 4,01% a 4,5% acima	2	2,9	-	-
De 3,51% a 4% acima	3	4,4	4	5,9
De 3,01% a 3,5% acima	3	4,4	-	-
De 2,51% a 3% acima	6	8,8	8	11,8
De 2,01% a 2,5% acima	9	13,2	9	13,2
De 1,51% a 2% acima	10	14,7	1	1,5
De 1,01% a 1,5% acima	13	19,1	11	16,2
De 0,51% a 1% acima	6	8,8	16	23,5
De 0,01% a 0,5% acima	14	20,6	15	22,1
Igual ao INPC-IBGE	-	-	1	1,5
De 0,01% a 0,5% abaixo	1	1,5	2	2,9
De 0,51% a 1% abaixo	1	1,5	1	1,5
Abaixo do INPC-IBGE	2	2,9	3	4,4
Total	68	100	68	100

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Entretanto, o comportamento dos reajustes no setor é melhor que o verificado no conjunto das negociações coletivas analisadas no Balanço das Negociações dos Reajustes

Salariais em 2009, publicado pelo DIEESE em março deste ano, no qual 80% das 692 negociações consideradas obtiveram aumentos reais².

Na análise por data-base, o mês de maio foi o único que apresentou reajustes salariais iguais ou abaixo do INPC-IBGE acumulado, como pode ser observado na Tabela 12.

TABELA 12
Distribuição dos reajustes salariais de negociações da construção e mobiliário, em comparação com o INPC-IBGE, por data-base - Brasil, 2009

Variação/Datas-base	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Acima do INPC-IBGE	3	2	7	2	22	6	3	4	0	7	8	0	64
Igual ao INPC-IBGE	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Abaixo do INPC-IBGE	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3
Total	3	2	7	2	26	6	3	4	0	7	8	0	68

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Quanto à distribuição regional, observa-se que as três negociações com reajustes insuficientes para recompor o poder de compra dos salários se localizam nas regiões Centro-Oeste – onde duas das seis negociações apresentaram tal comportamento – e Norte – uma em nove negociações. A única negociação com reajuste igual ao INPC-IBGE foi observada na região Sul (Tabela 13).

TABELA 13
Distribuição dos reajustes salariais de negociações da construção e mobiliário, em comparação com o INPC-IBGE, por região geográfica - Brasil, 2009

Variação/Região	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Acima do INPC-IBGE	5	9	4	30	16	64
Igual ao INPC-IBGE	0	0	0	0	1	1
Abaixo do INPC-IBGE	1	0	2	0	0	3
Total	6	9	6	30	17	68

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Quando analisados os reajustes salariais acumulados em duas datas-base (2008 e 2009), o painel revela um percentual ainda mais elevado de negociações com aumentos reais. Das 68 negociações consideradas no período, 67 conquistaram aumentos reais e apenas uma negociação situou-se entre as que acumularam perda no período (Tabela 14).

² DIEESE: Balanço das negociações dos reajustes salariais em 2009 (<http://www.dieese.org.br/esp/cju/estPesq49.xml>)

TABELA 14
Distribuição dos reajustes salariais acumulados de duas datas-base de negociações da construção e mobiliário, em comparação com o INPC-IBGE Brasil, 2008-2009

Variação	nº	%
Acima do INPC-IBGE	67	98,5
De 8,01% a 9% acima	1	1,5
De 7,01% a 8% acima	1	1,5
De 6,01% a 7% acima	4	5,9
De 5,01% a 6% acima	3	4,4
De 4,01% a 5% acima	15	22,1
De 3,01% a 4% acima	11	16,2
De 2,01% a 3% acima	8	11,8
De 1,01% a 2% acima	10	14,7
De 0,01% a 1% acima	14	20,6
Igual ao INPC-IBGE	0	0
De 0,01% a 1% abaixo	0	0
De 1,01% a 2% abaixo	1	1,5
Abaixo do INPC-IBGE	1	1,5
Total	68	100

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Pisos Salariais

Para a análise dos reajustes e pisos salariais dos trabalhadores em empresas de Construção e Mobiliário, foram examinadas as informações constantes em acordos e convenções coletivas de trabalho das mesmas 68 unidades de negociação analisadas no que se refere aos reajustes. Foram considerados os menores pisos definidos para os trabalhadores alocados nas atividades-fim nas empresas.

Sobre os reajustes dos pisos, das 60 unidades de negociação que mantiveram em 2009 os mesmos critérios de determinação dos pisos de 2008, todas conquistaram aumentos reais em 2009 (Tabela 15). Destas, metade se localizou nas faixas de ganho real entre 3,01% e 6% acima do INPC-IBGE. Também foram expressivos os percentuais de negociações com aumentos reais nos pisos na ordem de 1,01% a 2% acima do INPC-IBGE (18% das negociações) e de 6,01% a 7% acima (10% das negociações). As outras oito negociações não consideradas nessa análise mudaram os critérios de estabelecimento dos pisos e não puderam ser comparadas.

TABELA 15
Distribuição dos reajustes dos pisos salariais de negociações da construção e mobiliário, em comparação com o INPC-IBGE - Brasil, 2009

Variação	nº	%
Acima do INPC-IBGE	60	100
Mais de 10% acima	4	6,7
De 9,01% a 10% acima	0	0
De 8,01% a 9% acima	1	1,7
De 7,01% a 8% acima	4	6,7
De 6,01% a 7% acima	6	10
De 5,01% a 6% acima	10	16,7
De 4,01% a 5% acima	8	13,3
De 3,01% a 4% acima	12	20
De 2,01% a 3% acima	3	3,3
De 1,01% a 2% acima	11	18,3
De 0,01% a 1% acima	2	3,3
Igual ao INPC-IBGE	0	0
Abaixo do INPC-IBGE	0	0
Total	60	100

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Foram consideradas somente as negociações que definiram os mesmos critérios de diferenciação dos pisos salariais em 2008 e 2009.

Por fim, cabe analisar os valores dos pisos salariais acordados pelas 68 unidades de negociação. Em 2009, o valor médio dos pisos salariais observados era de R\$ 580,33. Em 2008, o valor médio para as mesmas negociações equivalia a R\$ 525,43. Ou seja, um aumento de aproximadamente 10% em 2009. Quanto aos maiores pisos salariais acordados, em 2009 o maior valor apurado era de R\$ 880,00, e em 2008, de R\$ 833,80, ambos referentes a uma unidade de negociação do Paraná, e representando um aumento aproximado de 5,5%. Já os menores pisos praticados em 2008 e 2009 correspondiam ao valor do Salário Mínimo oficial vigente em cada ano (Tabela 16).

TABELA 16

Maior e menor piso salarial e piso salarial médio em unidades de negociação da construção e mobiliário, por região geográfica e Unidade da Federação - Brasil, 2008-2009

Região/UF	2008			2009			Painel
	Menor	Maior	Médio	Menor	Maior	Médio	
NORTE	R\$ 430,00	R\$ 500,00	R\$ 464,38	R\$ 473,08	R\$ 575,00	R\$ 520,51	6
Amazonas	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 575,00	R\$ 575,00	R\$ 575,00	1
Pará	R\$ 430,00	R\$ 500,00	R\$ 464,08	R\$ 473,08	R\$ 570,00	R\$ 515,77	4
Roraima	R\$ 430,00	R\$ 430,00	R\$ 430,00	R\$ 430,00	R\$ 430,00	R\$ 430,00	1
NORDESTE	R\$ 415,00	R\$ 504,90	R\$ 436,50	R\$ 465,00	R\$ 552,20	R\$ 487,11	9
Bahia	R\$ 415,00	R\$ 452,96	R\$ 432,11	R\$ 465,00	R\$ 507,32	R\$ 485,36	5
Ceará	R\$ 428,00	R\$ 428,00	R\$ 428,00	R\$ 475,00	R\$ 475,00	R\$ 475,00	1
Pernambuco	R\$ 504,90	R\$ 504,90	R\$ 504,90	R\$ 552,20	R\$ 552,20	R\$ 552,20	1
Rio Grande do Norte	R\$ 415,00	R\$ 415,00	R\$ 415,00	R\$ 465,00	R\$ 465,00	R\$ 465,00	1
Sergipe	R\$ 420,00	R\$ 420,00	R\$ 420,00	R\$ 465,00	R\$ 465,00	R\$ 465,00	1
CENTRO-OESTE	R\$ 420,00	R\$ 470,00	R\$ 438,80	R\$ 466,40	R\$ 501,60	R\$ 480,40	6
Distrito Federal	R\$ 425,00	R\$ 468,60	R\$ 446,80	R\$ 478,00	R\$ 501,60	R\$ 489,80	2
Goiás	R\$ 424,60	R\$ 470,00	R\$ 439,73	R\$ 466,40	R\$ 500,00	R\$ 477,60	3
Mato Grosso do Sul	R\$ 420,00	R\$ 420,00	R\$ 420,00	R\$ 470,00	R\$ 470,00	R\$ 470,00	1
SUDESTE	R\$ 415,00	R\$ 793,00	R\$ 583,54	R\$ 465,00	R\$ 841,00	R\$ 637,19	30
Espírito Santo	R\$ 457,60	R\$ 457,60	R\$ 457,60	R\$ 503,80	R\$ 503,80	R\$ 503,80	1
Minas Gerais	R\$ 415,00	R\$ 501,60	R\$ 462,80	R\$ 465,00	R\$ 539,00	R\$ 511,05	11
Rio de Janeiro	R\$ 430,00	R\$ 655,60	R\$ 546,68	R\$ 480,00	R\$ 719,40	R\$ 597,60	5
São Paulo	R\$ 607,00	R\$ 793,00	R\$ 709,00	R\$ 688,60	R\$ 841,00	R\$ 769,40	13
SUL	R\$ 415,00	R\$ 833,80	R\$ 522,08	R\$ 465,00	R\$ 880,00	R\$ 585,73	17
Paraná	R\$ 480,48	R\$ 833,80	R\$ 576,86	R\$ 547,80	R\$ 880,00	R\$ 636,90	8
Rio Grande do Sul	R\$ 415,00	R\$ 575,00	R\$ 486,08	R\$ 465,00	R\$ 642,00	R\$ 556,76	5
Santa Catarina	R\$ 436,00	R\$ 506,00	R\$ 457,50	R\$ 480,00	R\$ 572,00	R\$ 519,61	4
TOTAL	R\$ 415,00	R\$ 833,80	R\$ 525,43	R\$ 465,00	R\$ 880,00	R\$ 580,33	68

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

Investimentos e programas

A indústria da Construção, em função do seu desempenho favorável, promete ser o motor de crescimento da economia nos próximos anos. Motivado pelas obras do Programa Minha Casa, Minha Vida, pela Copa do Mundo de 2014, Jogos Olímpicos de 2016, pelos planos de investimentos da Eletrobrás e Petrobrás, além do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 1 e 2, o setor espera retomar o ciclo de crescimento interrompido pela crise financeira mundial.

Na verdade, mesmo antes do lançamento do 1º PAC, o setor estava vivendo uma grande acomodação, pois não havia crédito ou previsão de investimentos de longo prazo com foco na Construção, o que limitava bastante a expansão do setor. Assim, o governo federal já vinha adotando algumas medidas anteriores a 2007, tanto que em setembro de 2006 o governo anunciou um conjunto de medidas destinadas, de um lado, a incentivar a construção civil e, de outro, buscar a redução dos custos de financiamento imobiliário com vistas a facilitar a aquisição da casa própria³.

Os investimentos para o setor da Construção são de suma importância, pois garantem o crescimento ao longo do tempo, além de ajudarem a resolver gargalos importantes na

³ DIEESE. As medidas governamentais para a habitação. São Paulo. 2006 (Nota Técnica 34)

infraestrutura (social, urbana, logística etc.). Além disso, possuem um duplo papel no funcionamento da economia: no primeiro momento, aumentam o consumo dos fatores de produção e o nível de capacidade já instalada. No momento seguinte, com a maturação desses gastos, expande-se a capacidade de oferta da economia, possibilitando que ela cresça sem o aparecimento de desequilíbrios ou pressões inflacionárias.

Para 2010, o crescimento da construção será comandado pela ampliação dos investimentos público e privado. Os setores que receberão os maiores recursos serão o imobiliário residencial e o energético. Segundo o Sinduscon-SP, a taxa de investimento prevista para 2010 é de 20% do PIB. A meta é que os investimentos cresçam de R\$ 476 bilhões para R\$ 625 bilhões. No setor imobiliário, os investimentos deverão passar de R\$ 170 bilhões (2009) para 202 bilhões, em função da retomada dos lançamentos do final de 2009, juros mais baixos, ampliação do crédito e aceleração do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O setor da Construção mereceu especial atenção quando do lançamento do PAC 1 no início de 2007 já que o Programa previa investimentos expressivos em construção pesada (infraestrutura), mas a retomada do crescimento da Construção começou mesmo com a adoção e ampliação de diversas medidas para combater o efeito da crise, tais como:

- Expansão do crédito para as pessoas físicas;
- Aumento das linhas de financiamento;
- Redução do IPI para materiais de construção. Incentivo que vai até 31 de dezembro de 2010 – renúncia de aproximadamente R\$ 600 milhões;
- Redução do IPI de Bens de Capital (até 30 de junho de 2010) – renúncia de aproximadamente R\$ 345 milhões;
- Equalização de juros pela União, dos empréstimos do BNDES destinados à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica.
- Reforço do PAC no setor de habitação e saneamento básico.

PAC 1

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado em 2007, com previsão de investimentos da ordem de R\$ 638 bilhões. O conjunto de investimentos foi estruturado sobre três eixos:

- Infraestrutura logística - envolvendo a construção e a ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias, com previsão de investimentos no valor de 68,3 bilhões;
- Infraestrutura energética - correspondendo à geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo e gás natural e combustíveis renováveis, com investimentos previstos de R\$ 274,8 bilhões;
- Infraestrutura social e urbana – englobando saneamento, habitação, metrô, trens urbanos, universalização do Programa Luz para Todos e recursos hídricos. Previsão de investimentos da ordem de R\$ 170,8 bilhões.

De acordo com o 3º balanço do programa divulgado em março, foram concluídas 40,3% das ações previstas, o que equivale a R\$ 256,9 bilhões. O grupo Habitação e Saneamento responde por R\$ 138,2 bilhões, enquanto os eixos Logística, Energia e Social e Urbano totalizam R\$ 118,7 bilhões.

Os investimentos em Logística, até 2009, foram de R\$ 40,5 bilhões, com destaque para os R\$ 27,7 bilhões aplicados em 4.916 km de rodovias. Na energia, o total de investimentos concluídos foi de R\$ 72,4 bilhões. No eixo Social e Urbano, a maior parcela dos R\$ 144 bilhões investidos, corresponde ao financiamento habitacional para pessoas físicas do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE, com R\$ 137,5 bilhões.

Os dados oficiais indicam que de 2007 a 2009 foram executados 63,3% do total previsto no PAC nas três fontes: Orçamento Geral da União, estatais e setor privado, totalizando R\$ 403,8 bilhões. Desse montante gasto, R\$ 126 bilhões vieram das estatais, R\$ 88,8 bilhões do setor privado. A contrapartida de estados e municípios correspondeu a 11,1 bilhões e do Orçamento, R\$ 35 bilhões. Os financiamentos de pessoas físicas somaram R\$ 137,5 bilhões e do setor público, R\$ 5,1 bilhões.

PAC 2

Lançado em março último, a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 tem previsão de investimentos de R\$ 1,59 trilhão para o período de 2011 a 2014 e de R\$ 631,6 bilhões após esse período. O setor de energia receberá a maior parte dos recursos: R\$ 1,09 trilhão a partir de 2011, sendo que R\$ 461,6 bilhões devem ser investidos até 2014, e R\$ 626,9 bilhões após 2014.

Estão previstos, ainda, R\$ 278,2 bilhões para o Programa Minha Casa, Minha Vida e R\$ 109 bilhões para a área de transportes. O Programa Cidade Melhor prevê investimentos de R\$ 57,1 bilhões em obras de saneamento, prevenção em área de risco, mobilidade urbana e pavimentação; R\$ 23 bilhões irão para o Programa Comunidade Cidadã que inclui obras de pronto atendimento de saúde, unidades básicas de saúde, creches, pré-escolas, quadras esportivas nas escolas, praças e postos de polícia comunitária.

TABELA 17
Previsão inicial de investimentos

Eixos	Investimentos		R\$ bilhões Total
	2011-2014	Pós 2014	
PAC Cidade Melhor	57,1	-	57,1
PAC Comunidade Cidadã	23,0	-	23,0
PAC Habitação	278,2	-	278,2
PAC Água e Luz para todos	30,6	-	30,6
PAC Transportes	104,5	4,5	109
PAC Energia	461,6	626,9	1088,5
Total	955,0	631,4	1.586,40
Fonte: Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão			

Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV

Com a meta de construir um milhão de moradias entre 2009 e 2011, foi lançado em março de 2009 o PMCMV com o objetivo de aumentar o acesso das famílias com renda de 0 a 10 salários mínimos a casa própria.

A previsão de investimentos para o programa no período citado é de R\$ 34 bilhões, sendo R\$ 25,5 bilhões oriundos da União, R\$ 7,5 bilhões do FGTS e R\$ 1 bilhão do BNDES. Para 2009, a meta era de 400 mil unidades, contudo, o resultado até dezembro foi de aproximadamente 275 mil unidades. Em valores, segundo dados da Caixa Econômica Federal, foram investidos R\$ 13 bilhões até dezembro, o que representa 38% da previsão inicial.

Para o período de 2011-2014, o programa tem investimentos previstos na ordem de R\$ 278,2 bilhões, dos quais, R\$ 71,7 bilhões com recursos orçamentários e do FGTS, para o financiamento de dois milhões de moradias, sendo 60% deste total voltados para famílias com renda até R\$ 1.395. Outros R\$ 176 bilhões virão de financiamentos habitacionais com recursos da poupança. Haverá ainda R\$ 30,5 bilhões para transformação de favelas em bairros populares, dos quais R\$ 27 bilhões com recursos do orçamento.

Copa do Mundo de 2014

Mais do que apenas a visibilidade internacional que o Brasil certamente terá até 2014 com a realização da Copa do Mundo de Futebol, haverá um importante legado de obras de infraestrutura para o país, não só nas cidades-sede dos jogos, mas também em municípios vizinhos, que poderão ser beneficiados com realização de obras e demanda de serviços.

A construção ou reforma dos estádios das cidades-sede são apenas uma parcela dos investimentos que serão feitos para a realização deste grande evento. A realização da Copa do Mundo no Brasil é uma oportunidade para se realizar, num período curto de tempo, obras de infraestrutura que poderiam levar 20 ou 30 anos para acontecer. Além disso, serão realizadas também intervenções nas cidades em relação à mobilidade urbana e saneamento, por exemplo.

A Copa deverá injetar pelo menos R\$ 155,7 bilhões na economia brasileira, considerando-se o período de preparação até o último dia de realização dos jogos de 2014, conforme estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e a construção seria o setor mais beneficiado, uma vez que envolve obras como metrô, transporte público, estádios, hotéis, entre outros. Outro estudo encomendado pelo Ministério dos Esportes, sobre o impacto econômico dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, indica que o investimento de R\$ 14,4 bilhões nominais previstos proporcionará uma movimentação na economia brasileira de R\$ 52,1 bilhões, de acordo com a Revista Trabalho jan/fev/mar de 2010 do MTE.

A Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi) estima que o setor da Construção será responsável pela criação de 3,5 milhões de empregos em função da Copa 2014. Especialistas prevêem ainda que, a cada R\$ 1 milhão de investimentos na construção, serão criadas 58 vagas de emprego, sendo 33 diretas e 25 indiretas. As áreas da construção que mais devem empregar são as empresas de projeto, consultorias, edificações e construção industrial.

TABELA 18
Investimentos Previstos para a Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil

Cidades	Infra-estrutura (Em R\$ bilhões)	Estádios (Em R\$ milhões)	Aeroportos (Em R\$ milhões)	Total (Em R\$ milhões)
Belo Horizonte	1,5	300,0	350,7	2.150,7
Brasília	3,5	600,0	514,8	4.614,8
Curitiba	3,0	430,0	30,9	3.460,9
Fortaleza	4,5	138,0	30,0	4.668,0
Manaus	9,4	400,0	525,0	10.325,0
Natal	1,5	580,0	793,5	2.873,5
Porto Alegre	3,5	300,0	400,0	4.200,0
Recife	5,0	130,0	122,0	5.252,0
Rio de Janeiro	5,0	500,0	8,7	5.508,7
Salvador	11,0	430,0	971,1	12.401,1
São Paulo	5,0	500,0	33,4	5.533,4
São Paulo	33,4	250,0	4.876,5	38.526,5
Total	86,3	4.558,0	8.656,6	99.514,6

Fonte: Governos federal, estadual e municipal; Infraero (julho/2009) / Valor Especial, setembro de 2009

Obs.: Estimativas preliminares dos organizadores. Algumas obras incluídas já estavam previstas, mas ganharam prioridade em função da Copa 2014.

Conclusão

Não há dúvida que o setor da construção tem grande importância para o país. Não apenas pelo que representa para economia como um todo, mas principalmente por ser um setor altamente gerador de mão de obra. Segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), estima-se, atualmente, que a cadeia produtiva da construção em nível nacional represente 9,2% do PIB e seja responsável pela ocupação de mais de 10 milhões de pessoas.

Não é por acaso que mesmo num momento delicado de crise como no ano passado este setor tenha sido um dos principais responsáveis pela geração de empregos no país.

Também não é por acaso que foram criados todos os programas e investimentos tanto na esfera pública quanto na privada para a construção civil nos últimos anos, a exemplo do PAC.

Os investimentos previstos para os próximos anos, pelo menos até 2016 com a realização das Olimpíadas, também nos acenam com possibilidades de continuidade da expansão do crescimento do setor e consequentemente do emprego.

O aumento no crédito imobiliário é outro fator a se destacar como importante estímulo para o crescimento do setor, bem como a política de isenção de impostos e incentivos fiscais voltada para a cadeia da construção como um todo.

No entanto, o bom desempenho do setor nos últimos anos não tem se refletido na mesma proporção na melhoria das condições de trabalho e no rendimento dos trabalhadores do setor.

Mesmo com um forte movimento de formalização, o setor da construção ainda apresenta altos índices de informalidade e de rotatividade. As condições de saúde e segurança também não têm apresentando grandes avanços, e ainda há uma alta ocorrência de acidentes de trabalho no setor e os trabalhadores são submetidos, muitas vezes, a condições muito precárias.

Portanto, diante desses investimentos e do conjunto de obras em curso ou que se realizarão nos próximos anos, é oportuno e extremamente necessário que as entidades sindicais de trabalhadores do setor estabeleçam negociações com o patronato no sentido de avançar na melhoria das condições e relações de trabalho existentes no setor.

Rua Ministro Godói, 310
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Direção Executiva

Josinaldo José de Barros - Presidente
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias
Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos
de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel
Alberto Soares da Silva – Vice-presidente
STI de Energia Elétrica de Campinas
João Vicente Silva Cayres – Secretário
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
Ana Tércia Sanches – Diretora
SEE Bancários de São Paulo, Osasco e Região
Antonio de Sousa – Diretor
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico
de Osasco e Região
Paulo de Tarso G. B. Costa – Diretor
Sindicato dos Eletricitários da Bahia
José Carlos de Souza – Diretor
STI de Energia Elétrica de São Paulo
Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor
Femaco – FE em Serviços de Asseio e
Conservação Ambiental Urbana
e Áreas Verdes do Estado de São Paulo
Mara Luzia Feltes – Diretora
SEE Assessoramentos, Perícias, Informações,
Pesquisas e Fundações Estaduais do Rio Grande do
Sul
Zenaide Honório – Diretora
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São
Paulo (Apeoesp)
Pedro Celso Rosa – Diretor
STI Metalúrgicas, de Máquinas, Mecânicas, de
Material Elétrico de Veículos
e Peças Automotivas de Curitiba
Maria das Graças de Oliveira – Diretora
Sindicato dos Servidores Públicos Federais de PE
José Maurício da Silva – Diretor
STI Metalúrgicas de São Paulo, Mogi das Cruzes e
Região

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico
Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e
desenvolvimento
José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de
relações sindicais
Francisco J.C. de Oliveira – coordenador de
pesquisas
Nelson de Chueri Karam – coordenador de
educação
Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e
financeira

Equipe Técnica

Alessandra de Moura Cadamuro
Ana Georgina da Silva Dias
Ilmar Ferreira Silva
José Álvaro Cardoso
Karla Cristina da Costa Braz
Laender Valério Batista
Lilian A. Marques
Luís Augusto Ribeiro da Costa
Osmar F. S. Filho